

Mulheres, historiografia e história oral: um diálogo possível

Women, historiography and oral history: a possible dialogue

Mujeres, historiografía e historia oral: un posible diálogo

Recebido: 26/11/2020 | Revisado: 29/11/2020 | Aceito: 03/12/2020 | Publicado: 06/12/2020

Jessyca Barbosa Duarte

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3844-7601>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: jessycabarbosa75@hotmail.br

Juliana Alice Costa Freire

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8198-4229>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: juliana_cfreire@hotmail.com

Gisafran Nazareno Mota Jucá

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6240-2262>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: gisafranjuca@gmail.com

Resumo

Este trabalho traz algumas considerações sobre a história das mulheres e as mudanças que aconteceram no campo historiográfico, assim como sua relação com a história oral, que nos possibilita compreender que através da oralidade o sujeito se encontra e reencontra com o contexto histórico e social. Pensar sobre a história das mulheres nos leva ao encontro de uma história em que, por séculos, a mulher foi vista de forma subalterna, sendo excluída dos processos educativos e sociais, silenciadas ao ponto de se duvidar se de fato elas fizeram parte da construção da história da humanidade. Diante do exposto, utilizaremos uma pesquisa de cunho bibliográfico, buscando fundamentos teóricos que nos auxiliem a compreender o surgimento de uma concepção que passa a considerar as mulheres como sujeitos ativos na história. Os resultados evidenciam as contribuições historiográficas na reconstrução na história das mulheres, o momento em que passamos a considerar outras perspectivas que não visem apenas à história de grandes personalidades masculinas do passado. A história oral traz como características o seu aspecto democrático, e possibilita que as mulheres encontrem mais um caminho capaz de fazer ecoar a sua voz, por séculos silenciada.

Palavras-chave: História das mulheres; Historiografia; História oral; Feminismo; Educação.

Abstract

This work brings some considerations about the history of women and the changes that happened in the historiographic field, as well as their relationship with oral history, which allows us to understand that through orality the subject meets and re-encounters with the historical and social context. Thinking about the history of women leads us to a history in which, for centuries, women were viewed in a subordinate way, being excluded from educational and social processes, silenced to the point of doubting whether they were in fact part of the construction of history of humanity. Given the above, we will use a bibliographic research, seeking theoretical foundations that help us understand the emergence of a conception that starts to consider women as active subjects in history. The results show the historiographical contributions to the reconstruction in the history of women, the moment when we started to consider other perspectives that do not aim only at the history of great male personalities of the past. Oral history features its democratic aspect, and allows women to find yet another path capable of echoing their voice, silenced for centuries.

Keywords: History of women; Historiography; Oral history; Feminism; Education.

Resumen

Este trabajo trae algunas consideraciones sobre la historia de la mujer y los cambios ocurridos en el campo historiográfico, así como su relación con la historia oral, lo que nos permite entender que a través de la oralidad el sujeto se encuentra y reencuentra con el contexto histórico y social. Pensar en la historia de la mujer nos lleva a una historia en la que, durante siglos, las mujeres fueron vistas de forma subordinada, excluidas de los procesos educativos y sociales, silenciadas hasta el punto de dudar de si eran de hecho parte de la construcción de historia de la humanidad. Dado lo anterior, utilizaremos una investigación bibliográfica, buscando fundamentos teóricos que nos ayuden a comprender el surgimiento de una concepción que pasa a considerar a las mujeres como sujetos activos en la historia. Los resultados muestran los aportes historiográficos a la reconstrucción de la historia de la mujer, momento en el que comenzamos a considerar otras perspectivas que no apuntan únicamente a la historia de grandes personalidades masculinas del pasado. La historia oral presenta su vertiente democrática y permite a las mujeres encontrar un camino más capaz de hacer eco de su voz, silenciada durante siglos.

Palabras clave: Historia de la mujer; Historiografía; Historia oral; Feminismo; Educación.

1. Introdução

O presente artigo propõe um olhar sobre a história das mulheres, acreditando na sua relevância para a construção da nossa identidade enquanto sujeitos históricos, possibilitando a apropriação da nossa existência. A partir do momento em que passamos a nos reconhecer como sujeitos ativos compreendemos que somos capazes de descobrir e escrever a nossa própria história, superando a visão limitada, secundária ou simplesmente ausente que permeia a história oficial, norteadas pela visão masculina.

As mudanças significativas que aconteceram no campo historiográfico, sobretudo com o surgimento da *Escola dos Annales*¹ e da história cultural, trazem-nos para a “vida”, pois passamos a trabalhar com novos sujeitos que não podem ser vistos de forma homogênea, isto é, devemos considerar as suas particularidades, dentre os quais as mulheres. “O que implica em um outro uso das fontes que se deve buscar, ler diferentemente, suscitar até mesmo para os períodos recentes, como a história chamada de ‘oral’ tentou fazer” (Perrot, 1998, p. 13-14). Com o surgimento dessas novas possibilidades, caminhamos de uma forma mais sólida em direção à (re)construção da história das mulheres.

Porém, a forma como historicamente as mulheres foram vistas nos traz restrições ainda nos dias atuais, tais como a divisão do espaço público e privado entre homens e mulheres, a educação tardia, as características ditas femininas que impregnam até as nossas escolhas profissionais. Essas situações nos mostram que precisamos continuar dialogando sobre as questões aqui propostas, visualizando a possibilidade do uso da história oral como metodologia capaz de contribuir significativamente na reconstrução da nossa história.

2. Metodologia

Para a construção deste artigo, optamos por utilizar a pesquisa bibliográfica como forma de analisar a (re)construção da história das mulheres. De acordo com Gil (2002, p. 45): “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Tal fato não significa que esgotaremos todo o estudo sobre as mulheres neste trabalho. Pelo contrário! Partimos da concepção de que a realidade é construída de maneira

¹ No tópico 2, intitulado “Contribuições historiográficas na reconstrução da história das mulheres”, iremos tratar sobre a *Escola dos Annales*.

constante e nenhum/a pesquisador/a seria capaz de capturá-la por completo. Nesse sentido, o que fazemos é analisar como as mulheres foram retratadas nas fontes históricas e como o movimento feminista contribuiu e contribui na luta contra o silenciamento/invisibilização de nossas vozes e nossas vidas.

Mediante tal perspectiva e observando a realidade em sua dinâmica de avanços e de retrocessos, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, que nos permitiu compreender processos sociais e desnaturalizar olhares imediatistas sobre as mulheres e sobre as conjunturas, construindo reflexões críticas para o aprofundamento da temática, assim: “Os métodos qualitativos são aqueles nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo”. (Pereira et al., 2018, p. 69).

Por fim, destacamos o uso da história oral, defendida por autores/as como Jucá (2011) como uma metodologia de pesquisa. Esta passou a ter maior aceitação no meio universitário a partir da década de 1990, sendo apresentada não apenas como uma forma de apreensão da oralidade, mas sim como uma maneira de situar os mais diversos sujeitos na história, interpretar as falas, os silêncios e, muitas vezes, a ausência de registros nas fontes bibliográficas. No caso das mulheres, não é raro nos depararmos com apontamentos que versam sobre o seu papel como “rainha do lar”, subjugada e retratada pelas vozes dos homens.

3. Contribuições Historiográficas na Reconstrução da História das Mulheres

Pensar sobre a história das mulheres nos leva ao encontro de uma história em que, por séculos, a mulher foi vista de forma subalterna, sendo excluída dos processos educativos e sociais, silenciadas ao ponto de se duvidar se de fato elas fizeram parte da construção da história da humanidade. Nessa compreensão, concordamos com Perrot (1998, p. 14) ao destacar que: “É o olhar que faz a História. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente”. Porém, a vontade de se conhecer a nossa história passa a existir de forma intensa e real, uma vez que o trabalho coletivo de pesquisadoras, professoras, historiadoras, mulheres empoderadas e homens contribuem para nos reconhecermos enquanto sujeitos que fazem parte da história humana, superando as limitações historicamente impostas.

Acreditamos ser relevante na reconstrução da história das mulheres refletirmos, mesmo que brevemente, em qual momento historiográfico passamos a considerar importante outros sujeitos, outras perspectivas que não visem apenas à história de grandes personalidades

masculinas do passado. Assim, caminhamos para um novo olhar sobre o objeto de estudo, pois utilizamos outras fontes, e não apenas os documentos oficiais. Comprendemos que para além do protagonismo exclusivo dos homens, as mulheres participaram ativamente na construção das sociedades, embora por longos períodos ausentes da vida pública, dos documentos oficiais e registros dos livros.

Em 1929 surgiu um grupo de historiadores reunidos em uma revista francesa conhecida como *Annales*, este grupo contestava a historiografia oficial, defendendo uma abordagem denominada história cultural (Saviani, 1998). O novo movimento historiográfico conhecido como *Escola dos Annales* indicava mudanças significativas, uma vez que ampliou a concepção de documento histórico, passando a considerar fontes históricas diversificadas, ocorrendo, também, uma aproximação da história com as ciências humanas e sociais, possibilitando uma visão interdisciplinar e trazendo um novo significado de tempo histórico. De acordo com Saviani (1998, p. 4), “[...] o movimento da história em direção às ciências sociais, levado a efeito pelo projeto dos Annales, põe em evidência a diversidade de representações do tempo nas diferentes disciplinas”.

A micro-história surge e passa a se definir em torno da década de 1970, visando a possibilidade de romper a aproximação da história social com a histórica econômica, que considerava primordial o trabalho com aspecto quantitativo, desconsiderando ou tornando menos importante as particularidades da cultura local (Burke, 2005).

Quando passamos a pensar a história através de novas possibilidades para além das questões homogeneizantes, sem o intuito de substituir a macro-história, mas sob o viés complementar, considerando os diversos sujeitos sociais existentes e utilizando uma abordagem rica que considera as singularidades humanas, seguimos, também, o caminho de construção e reconstrução da história das mulheres, as quais, até então, apresentavam-se invisíveis e excluídas das abordagens históricas. De acordo com Burke (2005, p. 65): “Outra luta pela independência, o feminismo, teve implicações igualmente amplas para a história cultural, pois estava preocupada tanto em desmascarar os preconceitos masculinos como em enfatizar a contribuição feminina para a cultura, praticamente invisível na grande narrativa tradicional”.

A luta das mulheres passou a se expandir, articulando-se com outros grupos que também estavam às margens da história, novos sujeitos que serão introduzidos na historiografia. A americana Betty Friedman, com o seu livro “A mística Feminina”, defende os direitos femininos de existência, que não condizem com submissão, subserviência e

aprisionamento, seja ele afetivo, social e intelectual, pois a liberdade é essencial para todos os seres humanos.

3.1 As mulheres e a história oral: um caminho de possibilidades...

A história oral está intrinsecamente relacionada à história das mulheres, aliás, à história da humanidade. Inicialmente, referimo-nos aos tempos primitivos e à forma como o conhecimento era compartilhado, o envolvimento das mulheres na transmissão do saber e dos valores existentes no grupo que acontecia através da troca de símbolos e de crenças que professavam.

Os celtas exemplificam bem a importância que as mulheres exerciam na comunidade, pois alinhavam a hora de plantar as sementes da tribo ao seu ciclo menstrual que era orientado pelo ciclo lunar, e essa sabedoria beneficiava todo o grupo. Segundo Baggott (2002, p. 28), “[...] acreditavam que se uma mulher incorporava tanto a vida como a morte, ela sabia, melhor do que ninguém, o momento correto para a criação de vida nos campos”.

Posteriormente, com o advento da ciência, as ideias positivistas e os documentos oficiais como verdade única e absoluta, a oralidade passa a ser desconsiderada por longos períodos, “[...] uma vez que não se apresentava através dos documentos, considerados imprescindíveis à elaboração dos trabalhos históricos” (Jucá, 2011, p. 48).

Discorrer sobre o encontro da história oral com a história das mulheres nos exige compreender que, desde o seu surgimento, a história oral traz como característica o seu aspecto democrático. Segundo Jucá (2011, p. 50): “A História Oral tinha como meta democratizar a história através do espaço que reservava aos menos favorecidos, pois o povo deveria emergir como participante das mudanças registradas”.

A mulher, enquanto sujeito que estava à margem da sociedade e não era contemplada na história tradicional, beneficiou-se diretamente com essa democratização da história, pois passou a ter uma maior visibilidade diante das perspectivas que a nova opção metodológica apresentou, contribuindo, assim, para o processo de (re)construção da história das mulheres. Mas, “[...] para que serve a história das mulheres? E a resposta viria simples: para fazê-las existir, viver e ser” (Del Priori, 1994, p. 9).

Os séculos de submissão feminina — representados pela exclusão educacional, social e econômica da mulher, a visão científica que “comprovava” a inferioridade feminina, a desconfiança se a elas eram capazes de pensar por si só e a sociedade patriarcal até então não

superada — não aceitaram de forma tranquila a compreensão da mulher como sujeito de direitos e as lutas femininas encontraram, sim, resistências significativas.

Sem o intuito de comparar, mas pensando pela direção da resistência, a história oral também não foi aceita sem desconfiança de sua legitimidade. A supervalorização da escrita em detrimento da oralidade e o pensamento errôneo de que o trabalho com a história oral elimina o trabalho com a fonte escrita, contribuiu para essa rejeição, dentre outras questões. Segundo Prins (1992 como citado em Jucá, 2011, p. 60): “A História Oral não se deve surgir como fonte única de pesquisa [...], tendo em vista que não pode se considerar absoluta, quando não se dispõe de fontes escritas, pois uma complementa a outra [...]”.

Ainda nos apropriando das palavras de Jucá (2013; 2014), a história oral nos permite compreender as falas das mulheres como fonte que dialoga com o pesquisador(a), compreendendo que através da oralidade o sujeito se encontra e reencontra com o contexto histórico e social. Então, escolher trabalhar com essa abordagem teórico-metodológica é algo, no mínimo, desafiador, que necessita de dedicação, conhecimento e preparo, pois enquanto documentos não falam, as pessoas que serão entrevistadas falam, expressam-se e interagem.

A história oral nos desafia a compreender além do que se fala, representações da linguagem, concepções de vida, as lembranças e os silêncios. O silêncio, por longos tempos, foi — e, muitas vezes, ainda é — o nosso companheiro, uma vez que tivemos que silenciar a nossa existência. Porém, não por um tempo indeterminado, embora ainda nos dias atuais muitas de nós permaneçam marginalizadas, perpetuando o processo de desvalorização e sendo consideradas propriedades masculinas.

Perrot (1998) nos esclarece que no século XIX os responsáveis pela escrita da história estavam vinculados aos espaços públicos, ocupados quase que exclusivamente por homens, o que explica a dificuldade de encontrar documentos em que somos citadas. Enquanto os arquivos públicos estavam impregnados de memórias masculinas, as memórias femininas se encontravam de diferentes formas, vinculadas, de uma forma geral, ao espaço privado, dentre eles as correspondências familiares, livros de anotações da casa e diários.

Percebe-se que a instrução feminina, que obviamente não atingiu todas as mulheres, mas que tinha uma intenção clara de beneficiar o lar, maridos e filhos, também foi utilizada como forma de resistir e contribuiu para compreendermos a nossa história e como a memória feminina foi moldada no período citado. Quando o que está escrito se apresenta insuficiente ou inexistente, a oralidade figura como possibilidade na busca de se saber sobre a existência feminina.

A história oral contribuiu e contribui, significativamente, na proposta de (re)construção da história das mulheres, a partir do momento que se interessa pelo seu direito de existir. Devolve, de uma certa forma, voz feminina, consideração e importância, dimensões essas que nos foram retiradas quando fomos postas em situação marginal. Conforme Engels (1977, p. 51), a desvalorização do sexo feminino é historicamente datada, pois “[...] entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até em parte na superior da barbárie, a mulher não só é livre, mas também muito considerada”.

A possibilidade de trabalho com outros tipos de fontes, que não exclusivamente manuscritas, compreendendo que elas não se anulam, mas se completam, apresentadas pela história oral, mostra-se como um veículo utilizado pelas mulheres para contarem a sua história, mas também a história das que as antecederam, pois através de uma fala outras vozes também falam, assim, o campo individual e coletivo se encontram, assim como o presente e o passado.

4. As Mulheres na História: Rompendo o Silêncio das Fontes

Os registros históricos sobre a mulher no Brasil estão voltados para olhares e representações masculinas. Os homens eram os responsáveis por “fazer a história”, uma vez que detinham o poder/privilegio não só de desenhar os rumos da sociedade, mas também de escrever e estudar sobre as mudanças políticas, econômicas, religiosas e culturais do mundo. E a escrita, seja ela acadêmica ou mesmo literária, como bem sabemos, leva em consideração o pensamento de quem escreve.

Queremos dizer que as compreensões sobre a realidade social, bem como sobre as próprias mulheres, eram mediatizadas pelos homens, os quais carregam importantes sobrenomes e o direito de viver o espaço público e político. De acordo com Perrot (2006, p. 17): “Porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é a segunda razão de silêncio: *o silêncio das fontes*. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio”.

A história, como disciplina científica, dava à mulher pouca ou nenhuma visibilidade; ademais, não era raro observar que as mulheres representavam para a sociedade a força motriz do pleno funcionamento do lar e da família, sendo aprisionadas no âmbito do privado. Entretanto, seria lugar da mulher fazer parte do mundo do saber, do mercado de trabalho ou mesmo ter uma profissão?

O papel da mulher na sociedade estava restrito ao âmbito privado, ao cuidado dos filhos e do marido, o que a colocava sob uma imagem de pureza quase semelhante à Virgem Maria. Ela era guardiã dos bons costumes, da moral e do casamento. Aquelas que dissidiam a tal imagem eram vistas como mulheres indignas, putas e devassas. Isto é, os olhares masculinos determinavam comportamentos e lugares para as mulheres, que “invalidavam” a sua existência histórica.

Nos registros/fontes sobre as sociedades, as guerras e as revoluções, elas foram diluídas no pronome *elas*, uma vez que os *homens* representavam na linguagem o sinônimo da *humanidade*. Quando eram lembradas estavam sempre no espaço da reprodução social, dando o suporte necessário para que os homens “mudassem os rumos da história”. Os feitos das mulheres, ainda que individuais, tinham importância secundária em relação às grandes transformações e invenções/criações lideradas pelos homens.

De maneira geral, quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados; eles as veem em massa ou em grupo, o que, aliás, corresponde quase sempre a seu modo de intervenção coletiva: manifestam-se na qualidade de mães, de donas de casa, de guardiãs dos víveres etc. Usam-se estereótipos para designá-las e qualificá-las. Os comissários de polícia falam de “megeras” ou “viragos” (mulheres de aspectos e atitudes masculinizadas) para designar as manifestantes, quase sempre taxadas de “histéricas” caso soltem o menor grito. A psicologia das multidões empresta a estas uma identidade feminina, suscetível de paixão, de nervosismo, de violência e mesmo de selvageria (Perrot, 2006, p. 21).

No Brasil Colônia (XVI-XIX), sobretudo a partir do século XVII, o controle sobre os corpos, especialmente os das mulheres, era uma das funções da Igreja Católica. Buscava-se instituir um modelo ideal de mulher e de família, a fim de disseminar um pensamento dominante das elites e exaltar o catolicismo como religião oficial da colônia portuguesa. Contudo, mesmo em situações em que estavam sujeitas à exploração e ao sofrimento, as mulheres sempre encontraram formas de resistência. Para Del Priori (1994, p. 20-21), “[...] as mulheres coloniais são mais filhas de Eva do que de Maria; mergulhadas nas asperezas do trabalho doméstico, ou nos ofícios de rua e da lavoura, acabam por elaborar, mesmo enquanto rascunhos dos modelos eruditos, regras e éticas próprias”.

De acordo com Rago (2014), A partir de meados do século XIX², novos comportamentos foram introduzidos na sociedade, espalhando-se tanto entre as famílias

² De acordo com Foucault (2015, p. 7), o século XIX foi caracterizado pelo forte controle ao corpo e à sexualidade, típicos da Era Vitoriana, em que os códigos morais foram exercidos com maior vigilância. Para o filósofo francês, “Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia

abastadas quanto entre a classe trabalhadora. Exigia-se uma boa educação às mulheres pertencentes às classes ricas, que estaria voltada para preocupações com a casa, com a estética e com o casamento. Já as mulheres pobres entrariam no mercado de trabalho exercendo serviços subalternos nas fábricas, nas lojas, nas companhias telefônicas.

Aqui, é importante destacar que as mulheres são parte de um grupo heterogêneo e as diferenças/particularidades entre elas devem ser pontuadas. A inserção no mercado de trabalho, tida como uma das conquistas históricas da luta das mulheres, já era vivenciada pela classe trabalhadora feminina desde o processo inicial de industrialização, pois precisavam contribuir para a renda de suas famílias. O espaço público, para essas mulheres, representava um lugar de exploração de sua mão de obra e, ainda que enfrentassem longas jornadas de trabalho, o espaço doméstico permanecia sendo sua obrigação.

O final do século XIX e início do século XX foram marcados pela ascensão de lutas dos movimentos feministas que reivindicavam maior espaço para a mulher no mercado de trabalho, bem como o direito ao voto. O movimento feminista representou para as mulheres a luta por direitos numa sociedade entrelaçada aos ditames patriarcais. Construía-se, a partir daquele momento, um novo cenário para as mulheres, no qual essas ganhariam os centros urbanos, sem, contudo, libertarem-se das exigências dos códigos morais, tampouco do imaginário social que as encaixavam nos modelos de “rainhas do lar”.

Ao pesquisar sobre as mulheres e os seus movimentos políticos (especialmente na resistência anarquista) no Brasil de 1890 a 1930, Rago (2014, p. 131) analisa que “[...] a questão da libertação feminina não se limita à operária. De modo geral, o discurso anarquista procura revelar a condição de sujeição e de humilhação que sofrem as mulheres de todas as classes sociais, numa sociedade dominada pelo poder masculino”. O que há em comum entre as mulheres com diferentes classes, raças/etnias, sexualidades, são as opressões que vivenciam. Sentidas em maior ou menor grau, somos silenciadas em nossos desejos e ensinadas não a respeitar, mas a sermos subjugadas às regras estabelecidas por uma sociedade patriarcal.

Apesar de continuarmos sofrendo com os processos de opressão, e estarmos distantes não apenas da igualdade entre homens e mulheres, mas da emancipação, muitas foram as conquistas das lutas das mulheres: desde a entrada no mercado de trabalho e do voto aos direitos reprodutivos, a educação superior, a liberdade de expressão e os cargos políticos. Não

vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. [...] O casal, legítimo e procriador, dita a lei”.

podemos dizer que essas conquistas/mudanças se devem apenas ao movimento político e teórico dos feminismos, porém, é imprescindível destacar o papel desse movimento para galgar direitos e dar visibilidade às mulheres. Além disso, o movimento contribuiu para a propulsão de estudos acadêmicos, textos literários e históricos sobre as mulheres, numa tentativa de romper o silêncio e denunciar as violências e opressões vividas por esse público.

Nesse sentido, a “segunda onda” do feminismo, que tem como marco os anos de 1960, apresentava reivindicações que extrapolavam a agenda relativa aos direitos políticos, econômicos e educacionais. No Brasil, esse movimento confluiu no mesmo período da Ditadura Militar (1964), sofrendo fortes repressões do governo. Devido ao fato de fazerem oposição ao governo ditatorial e de estarem envolvidas na militância feminista, muitas mulheres foram exiladas em países do exterior, especialmente em países europeus como a França e a Itália. Assim:

As décadas de 1960 e 1970 foram períodos marcados por grandes embates políticos travados por movimentos de intelectuais, de estudantes, de negros, de mulheres no âmbito internacional. Em 1968, as lutas dos movimentos sociais ganharam força e as demandas de grupos específicos passaram a fazer parte de estudos e organizações políticas. De acordo com Moraes (2000) foi também neste período que efervesceram estudos sobre as mulheres, os quais tinham como foco a contestação política da condição feminina. No âmbito nacional, “[...] as feministas de vanguarda militavam na esquerda e participavam da resistência à ditadura militar brasileira” (Moraes, 2000, p. 95). Ainda segundo a estudiosa, muitas feministas, que sofreram perseguições durante a ditadura, exilaram-se em cidades europeias e lá tiveram contato com as experiências de lutas políticas feministas, principalmente da França e da Itália. Era clara, a partir de então, a influência socialista e marxista no feminismo brasileiro (Duarte, 2017, p. 58)

As mulheres passaram a ser o centro das discussões nesses movimentos. A história da mulher agora estava sendo não só registrada, mas também rememorada. Para denunciar e buscar o fim das opressões era necessário, antes de qualquer coisa, compreender como a sociedade enxergava a mulher. De tal modo, Del Priori (1994, p. 11) destaca que: “Para romper com a silenciosa paisagem dos estereótipos femininos, fundada na negação dos papéis históricos representados por mulheres, faz-se necessário rastrear a informação mais humilde, adivinhar a imagem mais apagada e reexaminar o discurso mais repetido”.

Ainda conforme a estudiosa, apenas em 1970, com a “Nouvelle Histoire”³, a família e a sexualidade foram consideradas como importantes temas de debate. Dessa forma, duas preocupações marcaram os estudos/produções da época: em primeiro lugar, tornar a mulher o centro de estudos da história; em segundo, evidenciar a opressão e a dominação que determinavam o lugar da mulher. Antes desse período, durante as décadas de 1920 a 1940, a história das mulheres foi confundida com a ascensão do movimento feminista.

Vale dizer, finalmente, que o território do feminino na história não é um lugar sereno, onde a mulher se locomove sem riscos, e onde o confronto e o conflito não imprimem suas marcas. A história da mulher é, antes de tudo, uma história de complementariedades sexuais, onde se interpenetram práticas sociais, discursos e representações do universo feminino como uma trama, intriga e teia (Del Priori, 1994, p. 13).

Observamos, então, que a história das mulheres está marcada por séculos de silêncio. Dessa forma, a fim de compreender a construção do seu lugar na sociedade, bem como as opressões que a envolvem, é essencial “refazer os nossos passos”, isto é, buscar nos processos civis e criminais, nos jornais, nas biografias, nos diários, na iconografia, na fotografia e nos relatos aquilo que não foi dito ou que foi registrado por meio do olhar masculino.

Consideramos, nessa perspectiva, que “Se uma das proposições apresentadas pela Nova História diz respeito à ampliação dos temas e dos métodos empregados, devemos a ela a oportunidade de usufruir um recurso que permita inovar a maneira de abordagem [...]” (Jucá, 2011, p. 66), tornando possível amparar e dar suporte a novas discussões e sistematizações que reconstruam a história das mulheres, dessa vez, por meio do nosso próprio olhar.

5. Considerações Finais

A história oral representa não apenas os caminhos metodológicos de um estudo, mas também a busca por fontes com as quais possamos entender a relação entre a realidade social e as subjetividades. Desse modo, “Provavelmente, a oportunidade de explorar a relação do

³ A “Nouvelle Histoire” ou Nova História corresponde à terceira fase da *Escola dos Annales* e, ao contrário do período anterior, que buscava regularidades de longa duração, ela é marcada pela fragmentação. Ao invés de continuidades e regularidades da estrutura como ponto central para a explicação dos acontecimentos e conjunturas, a Nova História busca as descontinuidades. Assim, a explicação do tempo deve se basear na efemeridade e não na eternidade, na dispersão e não na duração. Nessa terceira fase da história, prevaleceria a interpretação do tempo pela curta duração (Saviani, 1998). Conforme Jucá (2011, p. 55), “Na verdade, foi, sobretudo com a difusão do paradigma da Nova História, suscitando novos temas, novas abordagens e, conseqüentemente, através da adoção de uma nova metodologia, valorizada, sobretudo a partir do final dos anos oitenta que se intensificou o debate acerca antes desconsiderados [...]”.

subjetivo com um momento histórico distanciado amplia a dimensão do tema estudado, propiciando a descoberta de novas facetas, que um simples documento escrito não seria capaz de revelar” (Jucá, 2011, p. 58).

Por esse motivo, é que escolhemos a história oral como o horizonte que nortearia a escrita deste trabalho, pois observamos que a história das mulheres, por muito tempo, foi contada por homens. Tal fato implica compreender esses sujeitos tão múltiplos, que são as mulheres, a partir dos ideais masculinos, os quais estão embasados em privilégios inegáveis.

É claro que não concordamos com a história que vitimiza as mulheres. Na verdade, o que tentamos evidenciar foram as mudanças na construção da própria história, a qual absorve as transformações da sociedade. Transformações essas que não são apenas transições, mas rupturas. As mulheres não só conquistaram o seu espaço na sociedade, como também agora estão apresentando a sua perspectiva sobre a história. De acordo com Del Priori (1994, p. 13): “Melhor do que tentar responder se as mulheres tinham poder, é tentar decodificar que poderes informais e estratégias elas detinham por trás da ficção do poder masculino, e como se articulavam a sua subordinação e resistência”.

Nesse contexto, escrever sobre o silêncio das mulheres na história é também escrever como esse silêncio foi rompido, bem como apreender as nuances que constituem a construção do conhecimento científico. Inserir o olhar da mulher na sociedade não foi uma concessão, ao contrário, foi fruto de uma luta que se estende até os dias atuais.

Este estudo não intenciona ser uma contribuição final sobre a história das mulheres e seu envolvimento com a historiografia e a história oral, mas possibilitar caminhos e reflexões que possam contribuir na reconstrução de uma história onde as mulheres sejam vistas enquanto sujeitos autônomos, capazes inclusive de escrever a sua própria história.

Referências

Baggott, A. (2002). *Rituais Celtas - A roda céltica da vida - Os poderes Sagrados da Natureza*. São Paulo: Madras.

Burke, P. (2008). *O que é história cultural?* (2a ed.), Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Del Priori, M. (1994). *A mulher na história do Brasil*. (4a ed.), São Paulo: Contexto.

Duarte, J. B. (2017). *Entre os estigmas e a desconstrução: reflexões sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a identidade de gênero de travestis e transexuais*. 197f. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza.

Engels, F. (1977). *A origem da Família, da propriedade privada e do Estado*. (3a ed.), Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Foucault, M. (2015). *História da sexualidade: a vontade do saber*. (2a ed.), São Paulo: Paz e Terra.

GIL, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a ed.), São Paulo: Atlas.

Jucá, G. N. M. (2011). *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Imprensa Universitária: Fortaleza.

Jucá, G. N. M. (2013). História Oral e pesquisa histórica: influência europeia e recepção brasileira. In Cavalcante, M. J. M., Holanda, P. H. C., Leitão, A. R. P. C., Queiroz, Z. F., Araújo, J. E. C. (Orgs.). *História da educação comparada: missões, expedições, instituições e intercâmbios*. Fortaleza, Edições UFC

Jucá, G. N. M. (2014). *Seminário da Prainha: indícios da memória individual e da memória coletiva*. Fortaleza: EdUECE.

Pereira, A. S... [et al.]. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. Santa Maria, RS: UFSM, NTE.

Perrot, M. (1998). *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC.

Perrot, M. (2006). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.

Rago, M. (2014). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890-1930*. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra.

Saviani, D. (1998). *História do tempo e tempo da História*: estudos de historiografia e história da educação. Autores Associados.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Jessyca Barbosa Duarte – 40%

Juliana Alice Costa Freire – 40%

Gisafran Nazareno Mota Jucá – 20%